

ANEXO I



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SUPERINTENDÊNCIA COMPRAS E LICITAÇÕES

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788

licitacoesuffs@gmail.com, www.uffs.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23205.002875/2019-63

Pregão Eletrônico nº 40/2019

SOLUÇÃO DE PADRONIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA

Processo de Planejamento da Solução SEI nº 23.205.101399/2019-62

Sumário

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO	4
2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	4
2.1 Bens e serviços que compõem a solução	4
3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO	4
3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação	4
3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais	5
3.3. Estimativa da demanda	5
3.4. Parcelamento da Solução de TIC	5
3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados	6
4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
4.1. Requisitos de Negócio	6
4.2. Requisitos de Capacitação	6
4.3. Requisitos Legais	6
4.4. Requisitos de Manutenção	6
4.5. Requisitos Temporais	7
4.6. Requisitos de Segurança	7
4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	7
4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica	7
4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação	7
4.10. Requisitos de Implantação	7
4.11. Requisitos de Garantia	7
4.12. Requisitos de Experiência Profissional	7
4.13. Requisitos de Formação da Equipe	8
4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho	8
4.15. Requisitos de Segurança da Informação	8
4.16. Outros Requisitos Aplicáveis	9
5 – RESPONSABILIDADES	9
5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE	9
5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA	9
5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços	10
6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	10
6.1. Rotinas de Execução	11
6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle	11
6.3. Mecanismos formais de comunicação	11
6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança	11
7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	11
7.1. Critérios de Aceitação	12
7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção	12
7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos	12
7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento	13
7.5. Do Pagamento	15
8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO	16
9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	16
10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	16
11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS (quando aplicável)	17
12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	17
12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação	17
12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência	18
12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação	18
13 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO	19

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – **SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA**, incluindo o fornecimento de equipamentos para salas de videoconferência e auditórios, projeção e captação de áudio e vídeo, infraestrutura de suporte e gestão de salas virtuais para sessões de videoconferência, gravação, transmissão e gerenciamento das sessões em andamento e futuras, tudo conforme condições, quantidades e exigências descritas e estabelecidas neste Termo de Referência e seus encartes.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

1.3. A especificação geral, os quantitativos, o valor máximo aceitável, e os respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela do “**item 2.2.1**” abaixo.

2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no **Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E”** deste Termo de Referência, o fornecimento de equipamentos para salas de videoconferência e auditórios, projeção e captação de áudio e vídeo, infraestrutura de suporte e gestão de salas virtuais para sessões de videoconferência, gravação, transmissão e gerenciamento das sessões em andamento e futuras.

2.2.1. Bens e serviços que compõem a solução:

GRUPO1 – SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA						
Item	Catser Catmat	Bem/Serviço	Unidade	Qtde	R\$ Unitário	R\$ Total
1	160919	Conjunto para preparação de auditório para videoconferência (Terminal de comunicação, Televisor e Projetor) conforme especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.	Conjunto	6	153.870,66	923.223,96
2	20710	Serviço de Instalação do conjunto para preparação de auditório para videoconferência, conforme especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.	Serviço	6	7.533,33	45.200,00
3	160919	Sala de videoconferência móvel para reuniões administrativas e acadêmicas da UFFS (Terminal de comunicação, Televisor e Rack para suporte), conforme especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.	Unidade	7	75.769,41	530.385,84
4	26077	SaaS para Gestão e operação da solução de videoconferência anual, renovável por até 36 meses, SaaS para Gestão e operação da solução de videoconferência anual, renovável por até 36 meses.	Sala	3	33.286,53	99.859,58
CUSTO TOTAL DA SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA R\$						1.598.669,38

3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação: A contextualização e justificativa da Contratação encontram-se minudenciado no “item 2 e 3” do Estudo Técnico Preliminar - ETP, “Encarte E” deste Termo de Referência.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	SETI 011 - Atualização de equipamentos de TI.
ALINHAMENTO AO PDTIC (2016-2019)	
ID	Ação do PDTIC
A1	Melhorar a qualidade das videoconferências (Necessidade NI001 do PDTIC 2016-2018).

3.3. Estimativa da demanda: A estimativa da demanda (*solução de videoconferência*) encontra-se minudenciado nos “itens 3 e 7” do Estudo Técnico Preliminar - ETP, “Encarte E” deste Termo de Referência.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC: a solução de videoconferência foi decomposta em 4 (quatro) itens, contudo considerando as justificativas constantes no “item 8.1” dos Estudo Técnico Preliminar - ETP, “Encarte E” deste Termo de Referência, a solução será adjudicada de forma global.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados: os resultados e benefícios esperados encontram-se minudenciado nos “itens 9.1” do Estudo Técnico Preliminar - ETP, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio: os requisitos encontram-se minudenciado no “item 1” e subitens do Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4.2. Requisitos de Capacitação: os requisitos encontram-se minudenciado no “item 1.3.1” do Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4.3. Requisitos Legais: os requisitos encontram-se minudenciado no “item 1.3.2” do Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4.4. Requisitos de Manutenção: os requisitos encontram-se minudenciado no “item 1.3.3” do Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4.5. Requisitos Temporais: os requisitos encontram-se minudenciado no “item 1.3.4” do Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4.6. Requisitos de Segurança: os requisitos encontram-se minudenciado no “item 1.3.5” do Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais: os requisitos encontram-se minudenciado no “item 1.3.9” do Estudo Técnico Preliminar, “Encarte E” deste Termo de Referência.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica: os requisitos encontram-se minudenciado no “**item 1.3.10**” do Estudo Técnico Preliminar, “**Encarte E**” deste Termo de Referência.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação: os requisitos encontram-se minudenciado no “**item 1.3.6**” do Estudo Técnico Preliminar, “**Encarte E**” deste Termo de Referência.

4.10. Requisitos de Implantação: os requisitos encontram-se minudenciado no “**item 1.3.6**” do Estudo Técnico Preliminar, “**Encarte E**” deste Termo de Referência.

4.11. Requisitos de Garantia: os requisitos encontram-se minudenciado no “**item 1.3.3**” do Estudo Técnico Preliminar, “**Encarte E**” deste Termo de Referência.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional: os requisitos encontram-se minudenciado no “**item 1.3.8**” do Estudo Técnico Preliminar, “**Encarte E**” deste Termo de Referência.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe: os requisitos encontram-se minudenciado no “**item 1.3.8**” do Estudo Técnico Preliminar, “**Encarte E**” deste Termo de Referência.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho:

4.14.1. A implantação do “**item 1**” da descrição da solução ocorrerá através do serviço descrito pelo “**item 2**”, tudo de acordo com o **encarte “E”** deste Termo de Referência.

4.14.3. A implantação preferencialmente seguirá o modelo 8x5 (horário comercial).

4.14.4. Para fins de ateste dos equipamentos e componentes relativos aos “**itens 1 e 3**” da solução, estes deverão ser entregues no seguinte endereço: **Unidade Bom Pastor:** Av. Fernando Machado, 108 E. CEP 89802-112, Centro, Chapecó, SC – Brasil.

4.14.5. O “**item 3**” da solução terá sua instalação realizada por servidores das equipes de TI da UFFS.

4.14.6. Caso o “**item 4**” da solução seja fornecido de forma híbrida, onde parte da solução é instalada na infraestrutura de virtualização institucional, deve ser fornecido pela contratada:

a) Os componentes em arquivo de “*virtual appliance*” (.ova, .vmdk);

b) Instruções de instalação do arquivo, bem como os parâmetros da(s) máquina(s) virtual(is) onde será instalado o componente citado.

4.14.7. O “**item 4**” da solução, caso fornecido exclusivamente em nuvem, não demanda serviço de instalação.

4.14.8. Todas as credenciais (login, senhas) e formas de acesso à plataforma em nuvem deverão ser fornecidas pela contratada à contratante.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação: Atender a política de segurança da informação e comunicação da UFFS (POSIC PORTARIA Nº 216/GR/UFFS/2018) vigente e normas complementares do Gabinete de Segurança Institucional do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações. <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2018-0216>

5 – RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE:

a) Nomear Gestor e Fiscal Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar

e fiscalizar a execução do contrato;

- b)** Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- c)** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d)** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- e)** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f)** Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g)** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- h)** Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- i)** Competem a Contratante as demais obrigações dispostas no Estudo Técnico Preliminar, **“Encarte E”** deste Termo de Referência.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA:

- a)** Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b)** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c)** Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d)** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e)** Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação exigidas para contratação;
- f)** Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- g)** Garantir a implementação da solução proposta, bem como a plena integração entre todos os itens pertencentes ao objeto deste Termo de Referência.;
- h)** Cumprir todas as exigências técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.
- i)** Cumprir todas as exigências técnicas e administrativas constantes neste Termo de Referência.
- j)** Implantar a solução de videoconferência conforme cronograma deste Termo de Referência.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Reunião inicial para definição do plano de trabalho de implantação da solução;

6.2. Entrega dos equipamentos para ateste e aceite pela UFFS:

6.2.1. Recebimento provisório dos equipamentos pela SUGEP para avaliação e aceite dos **“itens 1 e 3”**, no endereço: Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112.

6.2.2. Verificação dos itens e ateste definitivo em comparação com descrição técnica;

6.2.3. Após ateste definitivo, envio por parte da contratante dos equipamentos para as unidades da instituição, localizadas nos endereços descritos a seguir:

Campus Cerro Largo-RS: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1.580, São Pedro, CEP 97900-000.

Telefone: (55) 3359-3950.

Campus Erechim-RS: ERS 135 - Km 72, 200, Caixa Postal 764, CEP 99700-970.

Telefone: (54) 3321-7050.

Campus Laranjeiras do Sul-PR: Rodovia BR 158 - Km 405, CEP 85301-970.

Telefone: (42) 3635-0000.

Campus Passo Fundo-RS: Rua Capitão Araújo, 20, Centro, CEP 99010-200.

Telefone: (54) 3335-8515.

Campus Realeza-PR: Rodovia BR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, 1000. Cx Postal 253, CEP 85770-000, Telefone: (46) 3543-8300.

6.2.4. A instalação e configuração dos equipamentos relativos ao **“item 3”** serão realizados pela equipe técnica da instituição;

6.3. Configuração, entrega das credenciais e orientações para acesso e uso do *software* do **“item 4”**;

6.4. Execução do serviço de instalação do quantitativo do **“item 1”** em cada unidade descrita no item **6.2.3** e conforme plano de trabalho estabelecido;

6.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle: não aplicável à presente solução.

6.6. Mecanismos formais de comunicação: OS – Ordem de Serviço.

6.7. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança:

6.7.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.7.2. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada antes do início da execução da solução de videoconferência, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na execução da solução, encontram-se nos **Encartes “B” e “C”** deste Termo de Referência.

6.8. Cronograma de Implantação

6.8.1. Após assinatura do contrato, o plano de trabalho da contratada deverá ser aprovado em até 21 (vinte um) dias úteis.

6.8.1.1. Neste período, deverão ser realizadas reuniões para avaliação e discussão do plano de trabalho com a comissão a ser designada pelo Secretário Especial de Tecnologia da Informação.

6.8.1.2. As reuniões poderão ser realizadas presencialmente ou via webconferência.

6.8.2 Caso o **“item 4”** da solução seja fornecido estritamente em nuvem a contratada deverá fornecer no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da assinatura do contrato, as credenciais descritas no **“item 4.14.8”**.

6.8.3. Caso o **“item 4”** seja fornecido de forma híbrida, estende-se o prazo em 7 (sete) dias úteis, totalizando 14 (quatorze) dias úteis.

6.8.4. Aprovado o plano de trabalho, a contratada terá até 14 (quatorze) dias corridos para iniciar o serviço de instalação constante no **“item 2”**.

6.8.5. Considerando a distância entre as unidades da instituição, considera-se o prazo de 28 (vinte e oito) dias úteis para a execução do serviço citado no item anterior, no regime de trabalho 8x5.

6.8.6. Sumarizando o disposto, a tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação da solução.

MÊS	1				2				3			
SEMANA	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Elaboração e avaliação do plano de trabalho												
Fornecimento das credenciais de acesso e Componentes constantes no item 4.14.6												
Instalação dos conjuntos para auditório do item 2.2.1												

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Aceitação

7.1.1. Os materiais serão considerados aceitos somente após desembalados, conferidos pelo solicitante, atendidas as especificações e condições e exigidas no Termo de Referência;

7.1.2. Independente da descrição da proposta do fornecedor, a especificação técnica deverá ser comprovada através de documento de fabricante como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica.

7.1.3. Itens em desacordo com as especificações exigidas, não serão aceitos, ficando ao encargo da contratada a substituição.

7.1.4. Materiais com defeito, avariados ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência não serão aceitos.

7.1.5. Todas as licenças, suporte e garantia só serão aceitas com 36 (trinta e seis) meses de vigência a contar a data em que as mesmas foram disponibilizadas e ativadas. Os serviços serão considerados atendidos após a execução completa do plano de implantação e repasse de conhecimentos do plano executado.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção.

7.2.1. O **“Item 1”** da tabela do **“item 2.2.1”** - Conjunto para preparação de auditório para

videoconferência (Terminal de comunicação, Televisor e Projetor): verificação das especificações técnicas para realização do ateste definitivo;

7.2.2. O “Item 2” da tabela do “item 2.2.1” - Serviço de Instalação do conjunto para preparação de auditório para videoconferência: ateste do serviço de instalação dos elementos do “item 1”, ateste realizado pela equipe local de TI em cada unidade.

7.2.3. “Item 3” da tabela do “item 2.2.1” - Sala de videoconferência móvel para reuniões administrativas e acadêmicas da UFFS (Terminal de comunicação, Televisor e Rack para suporte): verificação das especificações técnicas para realização do ateste definitivo.

7.2.4. “Item 4” da tabela do “item 2.2.1” - SaaS para Gestão e operação da solução de videoconferência anual – Pagamento ocorrerá de forma anual, onde os resultados do serviço prestado serão mensurados e a avaliação se aplicará sobre o pagamento do próximo ano.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. O serviço prestado será mensurado conforme o indicador descrito a seguir:

IDS- INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Mensurar a disponibilidade do serviço para as reuniões futuras agendadas.	
Meta a cumprir	IDS = 0	Taxa de horas de indisponibilidade por horas de reuniões agendadas.
Instrumento de medição	Através do cálculo realizado sobre o total de horas das reuniões agendadas em sistema de reservas institucional.	
Forma de acompanhamento	Cálculo mensal do total de horas de reunião agendadas.	
Periodicidade	Anualmente, após o término de 12 meses de execução do contrato.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IDS = \frac{HI \times 100}{HU}$ <p>Onde: IDS – Indicador de Disponibilidade de Serviço; HU – Horas Úteis – Total de horas mensais onde o serviço de videoconferência pode ser utilizado; HI – Horas de Indisponibilidade – Corresponde à quantidade de horas em que o serviço encontra-se indisponível para utilização.</p>	
Observações	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição, considerando o regime de trabalho institucional (8 horas / 5 dias na semana).	
Início de Vigência	A partir do início da execução do contrato.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador IDS: De 0 a 0,30 – Pagamento integral da OS; De 0,30 a 0,50 – Glosa de 0,5% sobre o valor mensal; De 0,50 a 1,00 – Glosa de 2% sobre o valor mensal; De 1,00 a 1,50 – Glosa de 3% sobre o valor mensal; Acima de 1,50 – Será aplicada Glosa de 5% sobre o valor da OS e multa de 2% sobre o valor do Contrato.	

7.3. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento:

7.3.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

7.3.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.3.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.3.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.3.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

7.4.1.5. cometer fraude fiscal.

7.3.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.3.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.3.2.2. Multa de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

e) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.3.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

7.3.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

7.3.2.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no “subitem 7.4.1” deste Termo de Referência.

7.3.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos “**subitens 7.3.2.2**” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.3.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.3.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.3.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.3.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.3.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

7.5.Do Pagamento: o pagamento será realizado conforme o cronograma constante no “**item 8.2**” do Estudo Técnico Preliminar, “**Encarte E**” deste Termo de Referência.

8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Conforme o disposto na tabela constante no “item 2.2.1” deste Termo de Referência.

9 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. O Cronograma Físico-Financeiro do valor estimado da Solução de Videoconferência encontra-se disposta no “**item 8.2**” do Estudo Técnico Preliminar.

9.1.1. O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser ajustado a proposta do contratado.

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do Inciso §1 , Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Considerando o escopo da solução os valores contratuais são fixos e irrealizáveis.

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação:

12.1.1. A licitação e contrato decorrentes deste Termo de Referência adotarão como regime de execução a empreitada por preço global, planejada para acontecer na forma de adjudicação de itens ao vencedor do grupo de itens que compõe a solução.

12.1.2. A licitação decorrente deste Termo de Referência, visto que o objeto se enquadra no conceito de bens e serviços comuns, deverá ser realizada na modalidade Pregão em sua forma Eletrônica.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência: Decreto

nº 7.174/2010 e Lei Complementar nº 123/2006.

12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação: apresentar atestado de capacidade técnica compatível com o objeto deste Termo de Referência.

12.4. Prova de Conceito: para fins de aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, a solução ofertada poderá ser submetida a prova de conceito, que será realizada conforme descrito no “Adendo III” do Estudo Técnico Preliminar. A Prova de Conceito tem por objetivo certificar integração operacional conjunta de todos que compõe a solução.

12.5. Dos critérios de Sustentabilidade:

12.5.1. No que couber, solicita-se que a Contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG.

12.5.2. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber.

12.5.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

12.5.4. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS, que contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

13 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão Unidade: 26440

Fonte: 81100000000

Programa de Trabalho: 12.364.2080.20RK.0040

Elemento de Despesa: 449052/339039

PTRES: 108980/108982

14 – DOS ENCARTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Este Termo de referência foi elaborado a partir das informações consignadas pelo requisitante do objeto mediante o protocolo nº **2857/2019** e demais documentos produzidos pela Equipe de Planejamento da Contratação, os quais estão apensados ao processo.

14.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

14.2.1. ENCARTE “A” – Modelo de declaração de não ocorrência de registro de oportunidade;

14.2.2. ENCARTE “B” – Modelo de Termo de Ciência;

14.2.3. ENCARTE “C” – Modelo de Termo de Compromisso;

14.2.3. ENCARTE “D” – Modelo de para apresentação de proposta;

14.2.4. ENCARTE “E” - Estudo Técnico Preliminar;

14.2.5. ENCARTE “F” - Análise de Riscos;

Chapecó-SC, 12 de novembro de 2019.

GRASIELA DYEVIESKI

Superintendente de Compras e Licitações, em exercício

Eu, **RAFAEL SANTIN SCHEFFER**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – **SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA**, incluindo o fornecimento de equipamentos para salas de videoconferência e auditórios, projeção e captação de áudio e vídeo, infraestrutura de suporte e

gestão de salas virtuais para sessões de videoconferência, gravação, transmissão e gerenciamento das sessões em andamento e futuras, tudo conforme condições, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó-SC, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL SANTIN SCHEFFER
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura
Ordenador de Despesas

ENCARTE “A”

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE REGISTRO DE OPORTUNIDADE

Registro de oportunidade – Definição TCU Acórdão nº 2.569/2018:

Quando surge a necessidade de contratar uma solução de TI, a Administração Pública consulta os fabricantes e revendedores para obter esclarecimentos perante as soluções disponíveis no mercado. Boa parte dos fabricantes adota, no Brasil, o modelo de comercialização indireta, na qual a venda ocorre por intermédio de revendedores. Ao envolvê-los, há tendência de que os preços sejam maiores do que se não houvesse intermediários nas negociações, pois esses revendedores têm que obter lucro.

Com o intuito de evitar conflitos entre os canais de vendas e para obter maior controle perante o mercado, alguns fabricantes disponibilizam meio para os revendedores informarem o início de uma negociação com determinada organização. Normalmente, o primeiro revendedor que efetua tal registro obtém privilégios para manter o relacionamento, fazendo com que outras vendas ligadas ao mesmo fabricante não se envolvam em negociações com a mesma organização. Tal prática é denominada registro de oportunidade.

O revendedor que possui o registro de oportunidade investe para viabilizar a venda da solução de forma privilegiada, isto é, sem interferências de outros revendedores. Um exemplo de investimento é a disponibilização de recursos humanos e materiais para que a organização realize provas de conceito.

Esses investimentos, normalmente, sensibilizam o fabricante a conceder descontos diferenciados para o revendedor com registro de oportunidade sobre o valor padrão da licença como recompensa. Portanto, a concessão desses descontos para o revendedor detentor do registro de oportunidade faz com que outros revendedores não tenham capacidade de participar de forma competitiva nos certames.

Esse cenário leva à realização de licitações com falsa competição, pois o revendedor que possui o registro de oportunidade oferece o menor preço e os demais participam do certame como figurantes. Coloquialmente usa-se a expressão "dar cobertura" para definir a participação dos revendedores sem registro de oportunidade.

Considerando as definições acima expostas, a empresa: (Razão Social), inscrita no C.N.P.J sob o nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)..... portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº..... e do CPF nº.....**DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no item 1.7 do Anexo da **Instrução Normativa Nº 1, de 4 de abril de 2019**, que para o certame em questão não ocorreu o registro de oportunidade junto ao fabricante.

Em,.....de.....de 20....

(assinatura do representante legal)

ENCARTE “B”

TERMO DE CIÊNCIA

Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

_____, ____ de _____ de 20____.

Ciência

CONTRATADA	
Funcionários	
<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>	<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>
<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>	<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>
<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>	<div>_____</div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>

ENCARTE “C”

TERMO DE COMPROMISSO

A Universidade Federal da Fronteira Sul, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;
Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se

vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrange a toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideais, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem

estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Justiça Federal da Cidade de Chapecó-SC, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do

presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20____

De Acordo

CONTRATANTE	CONTRATADA
<div>_____</div> <div><Nome> Matrícula: <Matr.></div>	<div>_____</div> <div><Nome> <Qualificação></div>
Testemunhas	
Testemunha 1	Testemunha 2
<div>_____</div> <div><Nome> <Qualificação></div>	<div>_____</div> <div><Nome> <Qualificação></div>

“ENCARTE D”

CARTA PROPOSTA

À Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2019.

Objeto: Solução de Videoconferência.

A (Razão Social da Empresa) _____, com sede (Endereço Completo), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por (Representante legal da Empresa) _____, abaixo assinado, tendo examinado as condições do Edital e seus Anexos, vem por meio desta apresentar a proposta no valor total de R\$ _____ - (Valor Expresso em Reais) da referida Licitação.

Detalhamento da Proposta

GRUPO1 – SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA					
Item	Bem/Serviço	Unidade	Qtde	R\$ Unitário	R\$ Total
1	Conjunto para preparação de auditório para videoconferência (Terminal de comunicação, Televisor e Projetor) conforme especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.	Conjunto	6		
2	Serviço de Instalação do conjunto para preparação de auditório para videoconferência, conforme especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.	Serviço	6		
3	Sala de videoconferência móvel para reuniões administrativas e acadêmicas da UFFS (Terminal de comunicação, Televisor e Rack para suporte), conforme especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar.	Unidade	7		
4	SaaS para Gestão e operação da solução de videoconferência anual, renovável por até 36 meses, SaaS para Gestão e operação da solução de videoconferência anual, renovável por até 36 meses.	Sala	3		
CUSTO TOTAL DA SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA R\$					

Outrossim, declaramos ainda que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executados os serviços.
- b) Aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus Anexos.
- c) Os serviços serão executados conforme condições e prazos fixados no Edital e seus anexos.
- d) Esta proposta compreende todos os impostos, taxas e encargos, bem como qualquer outra despesa direta ou indireta incidentes para a perfeita execução de todos os serviços.
- e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 120 (cento e vinte) dias, contados da apresentação da mesma.

A Proposta se constitui um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital e seus anexos.

_____, de _____, de 20xx.

(Nome completo e CPF do Responsável da Empresa)